



## **Oralidades da Amazônia: história e memória do trabalho com a juta na Comunidade São Sebastião da Brasília, Parintins-AM (1950-1980)<sup>1</sup>**

Everton Dorzane VIEIRA<sup>2</sup>  
Júlio Cláudio da SILVA<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Neste artigo analisamos a história e a memória de um ex-trabalhador que atuou no cultivo da juta no período de 1950 a 1980, na Comunidade de São Sebastião da Brasília, localizada aproximadamente a 7 km do município de Parintins, no interior do Estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas. Buscamos analisar a história das experiências com o trabalho e suas condições laborais no processo do cultivo da juta a partir da metodologia da História Oral. Na realização de entrevistas com o ex-trabalhador, que atualmente mora na comunidade, nosso intuito foi de valorizar sua voz e iluminar o seu sentido histórico, e através de sua trajetória de vida evidenciamos como eram as suas condições de trabalho e quais foram as consequências econômicas do trabalho da comunidade na produção da juta na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, História Oral, Memória, Comunidade e Juta.

Neste artigo analisamos a história e a memória de um ex-trabalhador que atuou no cultivo da juta no período de 1950 a 1980, na Comunidade de São Sebastião da Brasília, localizada aproximadamente a 7 km do município de Parintins, no interior do Estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas. Também buscamos analisar a história das experiências com o trabalho e suas condições no processo do cultivo da juta a partir da metodologia da História Oral.

Esta metodologia foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho, pois realizamos entrevistas com o ex-trabalhador, que atualmente mora na comunidade, e por

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 12 Oralidades e Memória na Pan-Amazônia do III SISCULTURA.

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins. E-mail: everton.parintins@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins. E-mail: julio30clps@hotmail.com



meio de suas narrativas, identificamos quais foram às atividades laborais diretamente relacionadas à produção de juta, e conhecemos quais foram às condições de trabalho.

Nosso colaborador é o Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho, conhecido como Pampam. Com base nos seus relatos, nossa intenção é valorizar sua voz, iluminar o seu sentido histórico, e através de sua trajetória de vida evidenciar quais foram as consequências econômicas do trabalho deixadas na comunidade para estes homens e estas mulheres no período do apogeu da produção da juta na Amazônia.

Abordamos em seções os seguintes itens para estruturação desta produção. Na primeira seção, fizemos uma breve comunicação sobre a introdução da juta no município de Parintins, desde os acordos políticos, bem como a imigração japonesa na década de 1930, e os impactos econômicos trazidos ao município por meio deste acontecimento econômico, social e cultural. Na segunda seção, apresentamos a comunidade São Sebastião da Brasília, desde o seu surgimento, oficialmente e não oficialmente, a chegada da juta a estes comunitários, e principalmente o que a juta proporcionou economicamente no período de 1950 a 1980, os festejos que acontecem e a estruturação da comunidade. Na terceira seção, argumentamos a importância da história oral para este tipo de trabalho de pesquisa, no que tende a elucidar a memória como algo primordial para a construção de uma trajetória de vida ou história de um determinado acontecimento como marco positivo ou negativo de quem narra. E na última seção, mostramos a história e memória do ex-trabalhador da juta da comunidade São Sebastião da Brasília, que através dos seus relatos pudemos identificar aspectos que objetivaram nossa comunicação.

### **A introdução da juta no município de Parintins**

A juta chegou a Parintins por volta da década de 1930, com imigração japonesa, e a partir deste município, a juta foi espalhando-se para outros municípios e outros estados do país. Para Schor e Marinho (2013) “a história da juta em Parintins inicia-se com a chegada de uma missão, chefiada pelo deputado, Dr. Tsukasa Uetsuka”. Os

autores também afirmam que a viagem do político tinha por finalidade a escolha de um local em Parintins, cujo objetivo era “destinado à instalação do núcleo de Kotakuseis (como eram chamados os alunos diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão)”. (p. 241).

De acordo com Ferreira (2016), a juta foi uma modalidade crescente na década de 1930, afirmando que “a partir do êxito de Ryota Oyama em 1934, essa modalidade agrícola não parou mais de crescer e alcançar novas áreas” (p.145). O autor ainda afirma que “de Parintins, ela se espalhou por quase todo o Amazonas, Pará, e em algumas localidades dos estados do Amapá e Espírito Santo” (p. 145). Mas no estado do Amazonas, a juta e posteriormente a malva foram por um longo período a “atividade responsável por expressivo percentual na formação da renda do estado”. (p.145).

Neste caso, compreendemos que a juta no município de Parintins foi um propulsor para os demais municípios do estado do Amazonas, e esta proporcionou emprego e renda a esses municípios. Mas para os cultivadores da juta que habitavam em comunidades ribeirinhas, isso foi considerado por eles, um trabalho árduo e difícil, causando doenças e mortes ao longo do tempo de cultivo no período do auge da juta.

A Amazônia tornou-se a principal região para o apogeu da juta no Brasil, pois, além da aclimação da semente no solo fértil, uma série de fatores políticos facilitou a implantação deste produto na região, ultrapassando os demais estados que também utilizavam a juta para crescimento econômico durante o século XX. (FERREIRA, 2016).

Nesse contexto político, Ferreira (2016) afirma que,

As lideranças políticas dos estados do Amazonas e Pará viam, na chegada desses imigrantes, bem como nas relações comerciais que seriam estabelecidas com as Companhias desse país, uma grande oportunidade de negócios, um caminho auspicioso para reerguer a economia da região, a partir da exploração das riquezas naturais da região. (p.146).

Os acordos políticos feitos nesses dois estados condizem com vasta facilidade da imigração japonesa, como argumentado acima. Ferreira (2016) mostra que “no estado



do Pará, um dos maiores entusiastas da imigração japonesa foi o governador Dionísio Ausier Bentes (1881-1947)” (p.147). No Amazonas, o autor afirma que “o protagonismo das ações ficou a cargo do governador Ephigenio Ferreira de Salles (1926-1930)” (p.147).

A falta de mão de obra era um problema encontrado pelos dois governadores, e o então presidente Washington Luís decretou na época a solução pra este problema, afirmando sobre “sanear para povoar, povoar para prosperar”. Foi através desse mito sobre “terra sem homens”, que os povos ribeirinhos ficaram cada vez mais invisíveis (FERREIRA, 2016).

Os autores Ferreira (2016) e Saunier (2003) nos afirmam que o processo de implantação da juta no Amazonas deu-se por dois momentos. O primeiro momento foi no período de 1927, com a assinatura do governador Ephigenio Salles para conceder terra aos japoneses para cultivo da juta no estado do Amazonas (FERREIRA, 2016). O segundo momento, foi o processo de saída dos imigrantes japoneses das terras amazônicas, por conta dos acordos de Vargas com os norte-americanos, obrigando a retirada dos japoneses do Brasil, neste período (SAUNIER, 2003).

Após a retirada dos japoneses, o negócio com a juta ficou nas mãos de empresários brasileiros, que no caso do Amazonas, utilizaram bastante a mão de obra ribeirinha por conta das áreas de várzeas na qual se localizam as comunidades (FERREIRA, 2016). E uma dessas comunidades que participou deste ramo de trabalho foi comunidade de São Sebastião da Brasília, na qual escolhemos o recorte temporal de 1950 a 1980 no período em que a juta se integrava gradativamente a comunidade.

### **Comunidade São Sebastião da Brasília**

A comunidade São Sebastião da Brasília está localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, com cerca de 7 km do Município de Parintins, estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas (IBGE, 2010). De acordo com Dom Arcângelo Cerqua, primeiro bispo de Parintins, esta foi criada oficialmente em 28 de março de 1968, pela



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Igreja Católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB), tinha como missão, reorganizar as localidades rurais a levar ensinamentos religiosos católicos aos comunitários do interior (CERQUA, 1980).

As comunidades dos interiores do estado Amazonas, em sua maioria são compostas atualmente por duas religiões, ou seja, em cada comunidade há duas igrejas na qual corresponde a mesma, sendo uma católica e outra evangélica. No caso da comunidade de São Sebastião da Brasília, há apenas uma religião oficializada, a católica.

Na comunidade São Sebastião da Brasília, iniciamos nossas entrevistas com o Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho, um dos moradores mais antigo da comunidade. Antônio é conhecido como Pampam, e a partir deste momento, mencionaremos Antônio como Pampam no intuito de valorizar sua história na comunidade. As comunidades ribeirinhas tem por características utilizar nomes diferentes no que se referem a personalidade dos seus comunitários. Assim, cada comunitário, no caso dos homens, são chamados e conhecidos por apelidos, que em sua maioria são registrados pelos pais ou pelos próprios moradores da comunidade (WAGLEY, 1988).

Começamos nosso diálogo com Pampam, o questionando acerca da formação da comunidade, e respondeu que no início não foi oficializada pelo governo e nem pela igreja. Ele afirma, mesmo não lembrando a época, que seus avós vieram de Portugal e foram aos poucos construindo a comunidade, antes da inclusão da instituição religiosa católica,

Eles vieram de Portugal e se coisaram aqui através da juta, e foram se mudando, se mudando e aí trabalhava na juta e aí foram construindo assim a família, um filho casava com um, outro filho casava com outra e assim ia saindo à comunidade aqui foi aumentando, ainda não era comunidade, não era comunidade, era só os moradores a granel, cada um fazia sua casa<sup>4</sup>.

“*Moradores a granel*” eram os primeiros comunitários que não tinham identificação oficial registrada, como Pampam afirma. E podemos compreender nesta

---

<sup>4</sup> Entrevista com Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho (Pampam) no dia 26/03/2017, na comunidade de São Sebastião da Brasília.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



narrativa o registro não oficial desta comunidade. Ao perguntarmos sobre os primeiros moradores da comunidade, Pampam nos afirmou que seus pais, tios e avós já haviam falecidos e que lembrava raramente somente o que seus pais lhe contavam sobre a história da comunidade.

No período de 1950 a 1980, a juta foi um gênero agrícola de grande relevância econômica e social, influenciando o modo de vida das populações ocupantes das várzeas do Rio Amazonas (SOUZA, 2008). Rendendo economia ao município de Parintins, empregando homens e mulheres que trabalharam nas chamadas “prensas”, antigos armazéns, onde principalmente mulheres atuavam no trabalho de prensar a fibra para exportação (SAUNIER, 2003).

Mas antes da juta chegar ao município de Parintins, ela era cultivada e passava por vários processos de trabalho de mão de obra, isso nos interiores do Amazonas. Neste caso, a comunidade pesquisada, foi uma das que atuaram praticamente em grande proporção dos seus comunitários para o cultivo da juta (FERREIRA, 2016). A juta proporcionava uma escassa economia a esses comunitários, e conforme seus relatos tinha que entregar certa quantidade de juta conforme o combinado com o “patrão”, e este lhe “servia” com produtos alimentícios e dinheiro (MCGRATH, 1999).

Naquele período, os ribeirinhos usavam o termo “patrão” a pequenos empresários que faziam a compra e venda da juta, ou seja, compravam dos cultivadores nos interiores, essa compra era feita conforme exigências e regras desses patrões, e depois vendiam aos armazéns que faziam outros serviços derivados da juta para a exportação. Esse método de “patronagem” é relacionado ao sistema de aviamento no período da exploração da borracha na Amazônia, também registrado pela literatura da região. Segundo McGrath (1999) “aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado” (p. 37).

Esse tipo de sistema fez com que o lucro monetário se concentrasse apenas nas mãos de poucos, ou seja, os patrões e demais empresários que submetiam comunidades em troca de produtos alimentícios. E pela necessidade de obter o alimento ou um pouco



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



dinheiro em um período em que estes comunitários não tinham outro método de sobrevivência, tinham apenas a força da mão de obra como ferramenta principal de trabalho (MCGRATH, 1999).

Para o filósofo húngaro István Mészáros (2007), este tipo de situação fez com que poucos enriquecessem e muitos ficassem cada vez mais na miséria, principalmente pela valorização da propriedade, ou seja, havia fartura para alguns e exploração para outros. No caso do município de Parintins, essa fartura era direcionada aos grandes empresários donos dos armazéns que prensavam juta e faziam exportação do produto para outras regiões do país e do exterior. Mas para isso, tiveram que explorar a mão de obra ribeirinha, estes que por sua vez, faziam da juta sua pequena fonte de renda, para sustento da família e poucos adquiriam bens no ramo deste trabalho (SOUZA, 2008).

Assim, para os brasileiros da comunidade, o fato de terem um pedaço terra para morar, conseguindo na juta, ou por heranças de seus pais que também trabalharam na juta, fez que essa valorização fomentasse a importância de luta diária pela conquista. Neste contexto, Mészáros afirma que,

Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia acabou por ficar sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora esses poucos tenham cessado de trabalhar há muito (MÉSZÁROS, 2007, p. 113).

Na comunidade, atualmente, são comemoradas duas festas. A primeira é realizada no mês de janeiro com duração de três dias, em homenagem ao padroeiro São Sebastião, festa realizada e organizada pela Igreja Católica e a diretoria da comunidade. A diretoria em sua maioria é composta por homens, e estes são os responsáveis pelas festas, algo tradicional das comunidades ribeirinhas, como afirma Campos (1995) que “a preparação das festas se iniciava com o dono do santo ou rezador e acompanhantes (7 a 10 pessoas), na maioria homens” (p. 112). No último dia da festa é realizado o corte do mastro, algo típico de muitos interiores da Amazônia (WAGLEY, 1988).

No mastro são colocados prêmios, frutas e produtos, e algumas comunidades

colocam dinheiro em uma bandeira que fica na ponta do mastro. O mastro é cortado aos poucos, cada integrante da diretoria e alguns responsáveis ou convidados especiais participam do momento desse ritual. Estes utilizam como ferramenta de corte um machado ou um terçado, dependendo da espessura do mastro. Na queda do mastro o que pegasse a bandeira era o próximo a realizar a festa, e os produtos colocados no mastro eram recolhidos e distribuídos aos comunitários (CAMPOS, 1995).

A igreja é uma das instituições que determina o modo de vida dos comunitários, Charles Wagley afirma que,

Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional, e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade (WAGLEY, 1988, p. 43).

A segunda festa foi surgida a partir do trabalho desses comunitários. A festa do camarão, cuja realização acontece no mês de agosto com duração de três, no período em que a pesca do crustáceo é realizada com mais frequência. Segundo a associação de moradores e os registros paróquias, residem atualmente, 69 famílias na comunidade<sup>5</sup>, e suas habitações são construídas no modelo de palafitas, por causa do período de enchente e vazante que ocorre todo ano na Amazônia (FERREIRA, 2016). Há também na comunidade a Igreja do Santo Padroeiro, uma escola com ensino regular e a sede da associação, na qual acontecem reuniões e eventos. Não há uma unidade básica de saúde na comunidade; quando necessário, os comunitários vão aos hospitais do município de Parintins.

### **História Oral, Memória e Identidade**

Nesta seção abordamos a importância da história oral, memória e identidade para este tipo de produção. Sendo a história oral a metodologia principal deste trabalho,

<sup>5</sup> Também referenciada no site [www.institutoamazonia.org.br](http://www.institutoamazonia.org.br), acessado em 28 de maio 2018.



utilizamos alguns autores que abrangem deste conhecimento científico para este tipo de pesquisa.

A autora Marieta de Moraes Ferreira (2012) questiona “o que é, afinal, história oral?” (p.169). Para encontrar respostas a essa questão, a autora mostra o processo historiográfico sobre a implantação dessa ferramenta utilizada por muitos historiadores e outros estudiosos, e demais profissionais, no que tende a utilização da história oral como uma disciplina, como uma técnica, ou como um método (FERREIRA, 2012).

Neste aspecto, os questionamentos feitos em uma entrevista são importantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, por isso torna-se mais adequado a utilização da história oral como método. Ferreira (2012) afirma que “sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas, exatamente por ser uma metodologia, não se dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamentos descritos”. (2012, p.170).

Ainda sobre a valorização da memória, Ferreira (2012) afirma que “na história oral, objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes” (p. 172). A memória é valorizada através da narrativa, esta que é “a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador” (p. 172).

Desta forma, Verena Alberti (2011) mostra sobre as possibilidades de pesquisa e a especificidade da fonte oral, a importância deste contexto para os historiadores, e também dá abordagens sobre como usar fontes orais na pesquisa histórica, relatando sobre a preparação de entrevistas nos projetos de pesquisas, e os roteiros de entrevistas. No decorrer desta análise, instrui sobre como se deve agir na realização de entrevistas, e tratar sobre estas importantes fontes, utilizando os recursos tecnológicos para a gravação, e interpretação e análise das entrevistas. (ALBERTI, 2011).

Para Michael Pollak (1992), o historiador pode trabalhar a memória acerca da identidade do indivíduo a ser pesquisado. Ainda sobre memória, o autor instruiu sobre a valorização desta e como o historiador deve fazer para considerar e trabalhar as memórias e as histórias esquecidas, e por muita das vezes história que foram

silenciadas, a favor de algo para não operar na história, fazendo a omissão de muitas vozes e memórias (POLLAK, 1989).

A concepção de valorizar os de baixo faz com estes novos personagens estranhem a procura por sua pessoa, e a dificuldade de uma entrevista torna-se notória pelo entrevistador, neste caso, “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, e de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse, já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si” (POLLAK, 1992. p. 208).

Ainda nessa perspectiva de valorização dos de baixo por meio da história oral, Pollak (1989) mostra que a memória destes se opõe ao padrão da memória oficial ou nacional. Argumenta que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a ‘memória oficial’, memória nacional” (p.04).

### **Narrativas do trabalho com a juta**

A história e a memória do Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho foi analisada segundo suas narrativas, ou seja, são de cunho autobiográfico. Em uma entrevista o pesquisador tem que conformar-se com que está sendo narrado, principalmente quando não há registros literários de quem está narrando. Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1998) afirma que,

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão teórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 1998, p. 185)

O Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho, conhecido como Pampam, nasceu na comunidade de São Sebastião da Brasília no dia 2 de novembro de 1940. O ex-



trabalhador da juta, na data da entrevista, contava com 77 anos de idade. Segundo seus relatos o trabalho com a juta parecia ter sido um legado de seus pais e iniciado em sua infância.

Sendo a juta um trabalho familiar<sup>6</sup>, seus pais o introduziram juntamente com seus irmãos neste ramo de trabalho, pois a mão de obra é a ferramenta principal do trabalhador ribeirinho, e esta força de trabalho auxilia diretamente no sustento da família (WAGLEY, 1988). Nas palavras de Pampam, este afirma que todo esse trabalho era “pra criar os filhos que eles já estavam tendo”. Aos dez anos de idade o pequeno Antônio “já ajudava” seus pais na juta<sup>7</sup>.

Conforme o tempo ia passando, e os pais de Pampam já com idade avançada, juntamente com seu irmão tinha que dar continuidade na juta, para o sustento de toda a família. Pampam nos relatou esse momento em que seu pai passara a responsabilidade do trabalho com a juta para si e seu irmão. “Ele (pai de Pampam que também tinha por nome de Antônio) me chamou e me disse ‘meu filho eu já tô velho’”<sup>8</sup>. Desse momento em diante Pampam e seu irmão sendo mais jovens faziam o trabalho que exigia mais força.

O trabalho que eles faziam consistia no plantio da juta, no corte, no afogamento, na lavagem, na secagem, no enfardamento, e por fim na entrega dos fardos aos destinados patrões, conforme o negócio entre as partes. O processo de plantação era feito com uma máquina, que segundo Pampam, eles chamavam de tico-tico. Pampam às vezes passava de três dias plantando uma quitaria (100m<sup>2</sup>), “não acabava e no outro dia, dois dias, três dias acabava uma quitaria de plantar”<sup>9</sup>, afirma.

Após o plantio da juta, eles faziam o processo de corte conforme o tamanho decidido pelo agricultor ou quando fosse o melhor para a colheita. Pampam também nos relatou ainda sobre o processo de plantio da juta, o período até a colheita, “o plantio da juta era em novembro”. Esse período foi um exemplo utilizado por Pampam, e

<sup>6</sup> Ecobags Brasil (Ecobags de juta da Amazônia) acessado em [www.amazoniaecobags.com.br](http://www.amazoniaecobags.com.br) no dia 25 de maio de 2018.

<sup>7</sup> Entrevista com Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho (Pampam) no dia 26/03/2017, na comunidade de São Sebastião da Brasília.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

continuou: “e o senhor contava, dezembro, janeiro, em fevereiro o senhor cortava por causa da água que vinha”. Na Amazônia acontece o período de enchente e vazante das águas, a agricultura, a piscicultura e a agropecuária são organizadas conforme esse período (FERREIRA, 2016). Na subida das águas, a juta tinha que ser cortada e passar por vários processos até o momento da entrega, “a água vinha e a gente ia cortando, ia cortando e afogando”<sup>10</sup>.

O processo de “afogar” era a parte mais árdua do trabalho com a juta. Eles faziam um sistema para realizar este tipo de afogamento, que mesmo sendo na água não era o processo de lavagem. A lavagem da juta era realizada para a retirada de uma película que havia nos feixes de juta, “a água era suficiente e senhor sacudia ela na água pra lá, pra cá, tirava tudinho aquela pelica que é a casca”. Segunda as narrativas das mulheres, esse trabalho de lavagem da juta era realizado em grande parte por elas, mas elas também faziam os demais processos da juta. Neste contexto, Pampam refere-se a sua companheira/esposa, que “ela ainda me ajudou bem a trabalhar na juta, ela mesmo, ela capinou, ela me ajudava, quando era em terra ela me ajudava a cortar com o terçado e na água lavava mais e também fazia tudo”<sup>11</sup>.

A secagem da juta era realizada em uma espécie de madeira com grande comprimento conhecida como “vara” pelos ribeirinhos. Essas varas eram colocadas com ligações feitas por pontos de conexões, e os feixes de juta eram colocados em cima dessas varas e expostos ao sol, como relata Pampam, como um “grande varal”. Os feixes de juta secavam, após ficarem dias expostos ao sol, e então eles recolhiam os feixes para serem prensados ou enfardados.

O enfardamento da juta era realizado na comunidade, pois tinha que ser entregue em fardos e pronto para a pesagem. Esse sistema era o último processo a ser feito antes da entrega para o patrão. Pampam nos mostrou como funcionava esse sistema, uma prensa manual feita de madeira. “Enfardar é uma prensa, eram oito paus, afincava quatro aqui, um pau aqui, outro pau aqui e outro pau aqui, essas duas bocas aqui, essa

<sup>10</sup> Entrevista com Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho (Pampam) no dia 26/03/2017, na comunidade de São Sebastião da Brasília.

<sup>11</sup> Idem.

boca daqui era a boca e jogava de lá duas cabeças e de lá ele virava aqui e de lá virava, botava daqui e virava pra lá”<sup>12</sup>.

E ainda nos explicava que o tamanho do fardo era feito conforme o instrumento de trabalho, “o senhor fazia o fardo da juta do tamanho que o senhor quisesse fazer, do peso que o senhor quisesse fazer conforme a prensa”<sup>13</sup>.

O último processo era considerado a parte principal para estes trabalhadores, pois era o momento da entrega conforme o combinado, ou seja, seguir com os acordos. Primeiramente a produção era transportada de canoa para ser entregue ao “patrão” (FERREIRA, 2016). Pampam nos informou que o seu patrão ficava com tudo o que havia produzido, e uma parte da produção era utilizada para pagamento de dívidas já contraídas, “o senhor pagava a sua dívida pro seu patrão com aquela fibra. Aí ele dizia ‘olha! Ainda ficou? Eu quero a produção tudo que tu me entregue’ aí o senhor não tinha como dizer não”<sup>14</sup>.

Essas dívidas, como afirma Pampam, condiziam no “servir” como citado no início desta produção. Naquele período os patrões forneciam alimentos, roupas e demais produtos alimentícios em troca de mão de obra (WAGLEY, 1988). E também faziam pagamentos com o cruzeiro, a moeda da época. Ele nos relatou que os patrões serviam primeiro estes itens para que depois os comunitários “pagassem” com produção da juta, e às vezes eles continham um pequeno saldo desta produção.

### **Considerações Finais**

A juta foi uma atividade laboral que trouxe diversas consequências para aqueles que trabalhavam dia a dia com este vegetal. No caso da comunidade pesquisada, houve mortes durante a execução do trabalho, além de ser um trabalho árduo e sofrido, o pagamento que estes recebiam era praticamente um desprezo total ao ser humano. Para Pampam a juta foi a única forma de sobrevivência desse período, mesmo utilizando

<sup>12</sup> Entrevista com Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho (Pampam) no dia 26/03/2017, na comunidade de São Sebastião da Brasília.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.



outras fontes renda, a juta era a principal para o comércio da época. Todos sofreram na juta, principalmente economicamente, onde havia muito trabalho e pouco lucro. Não tinha como negar o trabalho com a juta, um trabalho que envolvia toda a família, homens, mulheres, crianças, idosos, todos trabalhavam para o sustento de todos, que na maioria dos casos era apenas por uma simples cesta básica.

A juta foi um ramo propulsor para o estado do Amazonas, rendendo uma grande economia, através dos acordos políticos a juta revolucionou muitas vidas parintinense, principalmente aos ribeirinhos, estes que conseguiram bens na juta, os terrenos, os meios de transportes fluviais, entre outros bens. Mas a juta também acarretou-lhes muitos danos pessoais, tais como doenças, e até morte de alguns.

No decorrer de 1950 a 1980, para estes moradores da comunidade São Sebastião da Brasília, a juta foi um marco na história na vida desses casais, utilizando-a dela para o sustento de suas famílias. Com origem na Índia, a juta foi sendo semeada por muitos lugares do planeta, mas apenas alguns países aclimataram a semente. E a região amazônica foi melhor terra para esta semente, fazendo fibras longas, melhorando o trabalho daqueles que trabalharam com a juta. Os sete passos do trabalho com a juta estão até hoje na memória de Pampam, que tinha apenas a juta como única opção de sobrevivência. O trabalho de plantar, cortar, afogar, lavar, secar, enfardar e entregar, foi diversas vezes repetido durante décadas na vida daqueles que moram até hoje às margens do rio Amazonas.

### Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2011. pp. 155-201.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Uso e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CAMPOS, Manuel do Carmo. **A decadência do catolicismo popular na região parintinense (1955-1975)**. Revista de Cultura Teológica, 1995.

CERQUA, Arcângelo. **Clarão de fé no médio Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e**



possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia). **Universidade estadual de Campinas**, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: velhas questões, novos desafios”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 169-186.

MCGRATH, David. **Parceiros no crime**: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, nº 2, dezembro 1999.

MÉSZÁROS, István. “A educação para além do capital”. In: **Revista Theomai**. Brasil, 2007, nº 15, pp. 107-130.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 21-36.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992. pp. 200-212.

\_\_\_\_\_ “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n 03, 1989. pp. 3-15.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: Memórias dos Acontecimentos Históricos**. Manaus, Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. “Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas-Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, nº 56, p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A Trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal**: a mais pura fibra da Amazônia. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programad e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O Ethos das Mulheres da Floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.